

# Um país que politiza a Justiça acabou

**Moniz Bandeira**

Entrevista para *Jornal GGN*, 27/12/2016

**Jornal GGN** - "Para o mundo, o Brasil está na lata do lixo. Um Executivo desmoralizado, composto por políticos altamente corruptos, um Legislativo quase todo vendido e um Judiciário que politiza suas decisões. E ninguém mais tem ideologia", resumiu Luiz Alberto Moniz Bandeira em entrevista ao **GGN**.

Para o cientista político, autor de mais de 20 obras, entre elas "A Segunda Guerra Fria - Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos" (ed. Civilização Brasileira), o "Brasil hoje já não existe para os estrangeiros".

Na crise das instituições, Moniz destaca o Judiciário. Aos 81 anos de idade, afirma que nunca viu em sua vida um Supremo Tribunal Federal (STF) tão desmoralizado, "em que cada ministro atua como quer, toda hora falam à imprensa, adiantam suas decisões, politizam os julgamentos".

"É claro que há gente boa, mas de modo geral, aqueles que estão estraçalham a imagem do Brasil. O STF sempre foi a instituição mais respeitada. Nunca vi uma coisa dessa na vida. Um país que politiza a Justiça, acabou."

Além do Supremo, Moniz Bandeira lembrou da atuação da Justiça de primeira instância na Operação Lava Jato. Para ele, além de politizar os julgamentos, os investigadores e o juiz federal Sérgio Moro estão colaborando para a derrubada da economia brasileira.

"Eu creio que essas cooperações, tanto do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e de Dallagnol [coordenador da força-tarefa], estão prestando serviço ao estrangeiro, a uma nação estrangeira e arrebentando as empresas nacionais de construção, as maiores, as que estão encarregadas de projetos importantes", ressaltou.

Para ele, o objetivo dos EUA é manter o Brasil sob controle, de forma a não ameaçar a soberania norte-americana. Com isso, às custas de figuras do Judiciário que se alimentam da imagem e da auto-promoção, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos consegue o apoio de procuradores, como se os mesmos fossem agentes da polícia americana.

"É uma forma de controlar o outro país, de espionar. E os que estão [investigadores] nessa campanha da Lava Jato atuam como se fossem agentes. Mesmo não remunerados, o fato é que, objetivamente, estão a favorecer uma nação estrangeira contra o Brasil. Estão a trabalhar contra os interesses nacionais", disse.

As consequências disso, alerta o cientista político, são os prejuízos causados à economia nacional, "muito maiores do que toda a corrupção que tem". "O Brasil e as construtoras têm obras espalhadas em diversos países da América Latina e da África paralisadas num valor de mais de 6 bilhões de dólares", lembrou.

Por outro lado, a imagem criada de corrupção sobre as empresas brasileiras aqui, tanto pela imprensa, quanto pela campanha massiva do Judiciário, difere muito dos conceitos que os próprios norte-americanos têm de proteção de seu mercado. "Porque os financiamentos, como o do BNDES, os Estados Unidos e outras nações também fazem, favorecendo suas empresas nacionais. Não é verdade que [o Brasil] financiou Cuba, financiou as empresas brasileiras, as indústrias nacionais, para que elas possam produzir e exportar", lembrou.

"Tem muitos [procuradores e investigadores] que são manipulados. Muitos não tem consciência disso, não. Esses procuradores, Rodrigo Janot e outros, também estão por exibição, para autopromoção, estão querendo assumir o governo do país. Estamos todos agora no país deles", concluiu.

Sobre o acordo recente fechado pela Odebrecht, sob intermediação dos investigadores da Operação Lava Jato, com o Departamento de Justiça norte-americano, Moniz Bandeira ressaltou que se trata de um projeto que visa atingir a segurança brasileira.

"Os Estados Unidos não poderiam fiscalizar todas as atividades da Odebrecht durante três anos como pretendem, porque a Odebrecht está encarregada de várias projetos em defesa da soberania: a construção do submarino nuclear com tecnologia da França. A fiscalização dos Estados Unidos é espionagem. A Odebrecht está encarregada de outros projetos, como a defesa da costa, também de segurança nacional, e outros. É um absurdo", manifestou.